

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

OS DITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Ludmila Losada da Fonseca

PORTO ALEGRE – 2018

Ludmila Losada da Fonseca

OS DITOS DE GEOGRAFIA POLÍTICA
NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Geografia, como requisito parcial, para
obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ivaine Maria Tonini

PORTO ALEGRE – 2018

AGRADECIMENTOS

Acredito que toda a construção, inclusive de trabalhos acadêmicos, dá-se de forma coletiva. Para tanto, aqui faço alguns agradecimentos aos que colaboraram nesta produção, na minha trajetória acadêmica e na docência. Dessa forma, agradeço:

À UFRGS, lugar da minha formação superior. Que muitos ainda possam usufruir de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Ao Instituto de Geociências e aos professores do Departamento de Geografia. Bem como, à Faculdade de Educação e seus professores.

Ao professor, e mestre, Nestor Kaercher, pelo incentivo na docência, por me estimular a ser a melhor professora que posso ser.

A minha orientadora, e mestra, Ivaine Tonini, pela orientação desta produção e por me apresentar ao mundo dos livros didáticos. Muito obrigada pela escuta atenta e pelas conversas.

Aos colégios, E.E.E.F. Mané Garrincha e ao Instituto de Educação Flores da Cunha, por permitirem o encontro com os meus alunos durante o estágio. Lá me fiz professora.

Aos meus pais, meus maiores incentivadores.

Ao meu amor, Marcos, por me inspirar e me apoiar.

Aos colegas de graduação.

Aos meus alunos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Livros Didáticos mais adquiridos no PNLD/2012	13
Tabela 2. Livros Didáticos mais adquiridos no PNLD/2015	13

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Número de páginas destinada a cada conteúdo analisado por coleção.....	27
Gráfico 2.	Número de páginas do conteúdo de Integração Regional, distribuída por Região.....	33
Gráfico 3.	Número de páginas de cada coleção destinada aos conflitos nas diferentes regiões do mundo.....	35

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.	Fronteira Brasil - Uruguai.....	29
Imagem 2	As diferentes ordens mundiais.....	30
Imagem 3.	Homs (Síria) em escombros em razão da Guerra Civil.....	37
Imagem 4.	Refugiados na travessia da Síria para a Grécia.....	39

SUMÁRIO

1. O LIVRO DIDÁTICO: FERRAMENTA OU TABULETA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA?	8
2. CAMINHO INVESTIGATIVO.....	12
3. O LIVRO DIDÁTICO NA REALIDADE ESCOLAR	15
4. DO QUE FALAMOS: A GEOGRAFIA POLÍTICA NA ESCOLA	19
5. PELAS PÁGINAS DO LIVRO DIDÁTICO: OS DÍZERES SOBRE A GEOGRAFIA POLÍTICA.....	26
6. DOS OLHARES DA GEOGRAFIA POLÍTICA NO LIVRO DIDÁTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	41
7. REFERÊNCIAS	44

1. O LIVRO DIDÁTICO: FERRAMENTA OU TABULETA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA?

Ao longo da minha curta jornada docente e durante as observações das aulas de professores que ministravam a disciplina de Geografia, percebi que o livro didático se apresentava como ferramenta didática essencial e como material fundamental na preparação dos planejamentos de ensino, esse último fato já evidenciado em pesquisas anteriores, a exemplo de Bado (2009). Constatei, também, que era a partir dos livros que os professores decidiam o que lecionar.

O livro torna-se ainda mais fundamental quando do distanciamento do professor com a disciplina lecionada. Essa realidade fica evidente quando se percebe o alto índice de professores não graduados em Geografia lecionando a disciplina, algo constatado por mim na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul e confirmada nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que revelam para o ano de 2016, 28,3% do corpo docente da rede estadual do Rio Grande do Sul não atua em sua área de formação (BRASIL, 2016).

Com esse cenário emergindo aos meus olhos, dei-me conta de que quem seleciona o conteúdo e o que é ensinado aos alunos, por vezes, são os escritores de livros didáticos. Não foram raras as vezes em que presenciei professores substituindo suas aulas pela leitura do livro didático, provocando o afastamento do professor enquanto “sujeito condutor do processo pedagógico” (KAERCHER, 2007, p. 31). A dura realidade docente (baixos salários e alta carga horária de trabalho) não permite que se faça uma crítica esvaziada e não contextualizada do porquê os professores substituam seu protagonismo em sala de aula (no pensar na aula, em tentar algo diferente) pelo Livro Didático¹, algo já identificado por Kaercher (2004) quando cita que “no quadro atual, de sobrecarga dos professores, há muito o LD já se tornou um recurso fundamental” (KAERCHER, 2004, p. 113). A falta de tempo para essa preparação e a falta de estímulo de sua atividade profissional talvez sejam as grandes razões para o destaque dado ao LD na prática docente.

¹ Uso a sigla LD para referir-me ao livro didático.

Contudo não se faz aqui coro aos que veem o LD como um vilão ou como ferramenta ultrapassada. Ele é essencial para o cotidiano escolar. O professor Nestor Kaercher costuma dizer nas suas disciplinas que toda a escola tem, por mais desestruturada que seja, um quadro e giz, e, logo, devemos ter domínio desses instrumentos. Pois bem, eu acrescento à frase colocando o livro didático. Toda a escola tem, por mais desatualizado que possa estar, um livro didático, algo já constatado por Tonini (2011) quando pontua que “O LD é um dos recursos de aprendizagem mais universal de todos na cultura escolar.” (TONINI, 2011, p. 144). Por ter essa compreensão é que se faz necessário o uso dessa ferramenta didática e toda a sorte de estudos que o abordem como objeto. O que faz desse instrumento ser bom ou ruim é a forma como é utilizado. Desta forma, expresse a necessidade de entender o LD como uma ferramenta útil e presente em todas as instituições de ensino. Cabe a nós, docentes de Geografia, nos apropriarmos dela e pensarmos em um uso condizente com a realidade dos jovens para os quais estamos lecionando. Usar ou não o LD não define ser um bom-mau professor. Mas fazer dele um instrumento para o ensino-aprendizagem dos estudantes é o mais importante.

Antes de adentrar nesta pesquisa, um importante passo é nos reportarmos para aquilo que já foi produzido quanto ao tema, para saber o que já foi feito e de que ponto podemos partir, bem como identificar os estudos que ainda não foram feitos.

Em pesquisa aos principais repositórios digitais de universidades federais², encontrei um amplo espectro de trabalhos acadêmicos que abordam o Livro Didático. Eles discorrem sobre as diversas disciplinas ministradas no Ensino Básico, são também realizados por pesquisadores da Pedagogia, abordam uma diversidade de temas: desde aspectos históricos até as novas formas que se apresentam o livro didático. Também encontrei trabalhos que se assemelham ao que aqui realizarei: eleger um assunto referente a uma disciplina e analisar como ele é apresentado no LD.

Pontua-se aqui importantes trabalhos realizados no Brasil sobre o Livro de Didático de Geografia, destacando os seguintes autores: José William Vesentini,

² A escolha por elas é por serem referências acadêmicas. Aqui foram pesquisadas nas plataformas da Universidade de São Paulo, Universidade do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

escritor de livro didático e autor de livros que discutem a Geografia Escolar e a Geopolítica; Ivaine Maria Tonini com a tese intitulada “Gênero, geração e etnias na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia” e Ruy Moreira com a obra “O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina”. Destaco que, por óbvio, as obras discriminadas não são as únicas que tratam sobre o LD de Geografia, o número, felizmente, é muito maior.

A dificuldade se inicia na busca de bibliografia que trate sobre o ensino de Geografia Política ou sobre a Geografia Política nos LD's. Foram identificados alguns artigos, por exemplo: *O Ensino de Geografia Política e Geopolítica nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio dos Distritos de Uberlândia* (GOMES; VLACH, 2007) onde pontuam a importância do ensino da Geografia Política para a formação cidadã, avaliaram também livros didáticos utilizados nas escolas pesquisadas; no artigo “Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia” (TEIXEIRA; SILVA, 2015), essa produção se concentra no ensino de Geografia Política através de uma avaliação sobre a visão dos alunos sobre poder, território e política. Nessa pesquisa mais da metade dos alunos entrevistados reconhece a importância do aprendizado de Geografia Política (GP)³ para sua formação cidadã.

A pesquisa aqui proposta tem como finalidade contribuir para a realidade da escola e, especialmente, para o Ensino de Geografia a partir de uma análise da GP nos livros didáticos da Geografia. Desta forma, busca-se refletir sobre os temas de GP presentes nos livros didáticos de Geografia, bem como examinar a maneira com a qual eles estão arrolados ao longo de suas páginas.

Diante do exposto, esta pesquisa tem a intencionalidade de analisar como a Geografia Política se apresenta como conteúdo para os alunos do EM⁴ através do LD. Para alcançar este objetivo é necessário atender os seguintes objetivos específicos:

- a) Refletir o aprendizado de Geografia Política no Ensino Médio;
- b) Identificar os conteúdos relacionados à GP inscritos nos LDs;

³ Uso GP para referir a Geografia Política.

⁴ Uso EM para referir ao Ensino Médio.

c) Examinar os escritos sobre esses conteúdos e de que forma podem produzi aprendizagem.

2. CAMINHO INVESTIGATIVO

Entre todo o espectro de ramificações que existem dentro da Geografia, optei pela política. Acredito que nossas relações (todas: humanas, com a natureza, com os objetos) são pautadas pela política. A própria etimologia da palavra já traz consigo seu caráter geográfico, por fazer referência à *polis*, isto é, à cidade. Dessa forma, a GP nos permite viajar entre as escalas locais e globais, trabalhar com problemas mundiais e descobrir se localmente temos os mesmos problemas. Isto é, podemos nos dar conta que somos cidadãos do mundo. A GP pode gerar no aluno a curiosidade, pode provocar para novos desejos. Ela também faz o aluno refletir sobre a política nacional, sobre a estrutura administrativa, ao mesmo tempo que trata de organizações internacionais. Com a ampliação do olhar para o mundo, o aluno poderá se tornar um cidadão mais consciente.

O nível Médio foi a etapa escolhida para esta pesquisa, destacando-se então a análise do LD do Ensino Médio, pois, como bem lembra o Guia do LD de 2018 elaborado para a consulta dos professores, o EM é a etapa final da escolarização, é o fechamento da formação deles dentro do espaço escolar, onde deveria estar presente a formação cidadã (BRASIL, 2017). O mesmo documento ainda afirma que, na referida etapa, o aluno está mais apto a pensar de forma mais abstrata, de refletir sua realidade e projetá-la em um contexto global (BRASIL, 2017). É nessa faixa etária⁵ que as questões ligadas à Geografia Política ganham mais sentido e que, portanto, essas abordagens podem aparecer como conteúdo de forma mais clara.

Para a realização da presente proposta serão trabalhados as coleções destinadas ao Ensino Médio. Para a seleção das coleções, dentre um número extenso delas, optou-se, como critério, eleger as duas coleções mais pedidas pelas escolas, conforme disponibilizado pelo PNLD, nos anos de 2012 e 2015.

⁵ Faixa etária referência para o nível de Ensino Médio está entre 15 e 17 anos.

Tabela 1. Livros Didáticos mais adquiridos no PNLD/2012

2012		
Coleção	Editora	Quantidade
GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL - ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO	Scipione	1.812.286
FRONTEIRAS DA GLOBALIZAÇÃO	Ática	1.461.302
CONEXÕES - ESTUDOS DA GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL	Moderna	1.269.152
TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO MUNDO GLOBALIZADO	Saraiva	1.117.395
SER PROTAGONISTA GEOGRAFIA	Edições SM	900.206

Fonte: Brasil, 2017a.

Orga.: A autora

Tabela 2. Livros Didáticos mais adquiridos no PNLD/2015

2015		
Coleção	Editora	Quantidade
FRONTEIRAS DA GLOBALIZAÇÃO	Ática	1.036.548
GEOGRAFIA GERAL E DO BRASIL - ESPAÇO GEOGRÁFICO E GLOBALIZAÇÃO	Scipione	808.122
GEOGRAFIA CONTEXTOS E REDES	Moderna	742.112
SER PROTAGONISTA GEOGRAFIA	Edições SM	712.130
GEOGRAFIA EM REDE	FTD	665.084

Fonte: Brasil, 2017a.

Orga.: A autora

Sendo assim, foram analisadas as seguintes coleções: *Fronteiras da Globalização* (FG) e *Geografia Geral e do Brasil: Espaço geográfico e globalização* (GB). Ressalta-se que as versões analisadas são referentes ao PNLD de 2018 em suas versões corrigidas.

Antes de realizar um detalhamento isolado das duas coleções, faz-se necessária a menção de que, mesmo pertencendo a editoras diferentes (ao menos com nomes distintos), as editoras Ática e Scipione pertencem ao grupo Somos Educação. Nos livros consegue-se destacar essa mesma origem principalmente no que compete à equipe técnica do alto escalão, tais como: diretoria editorial, gerência editorial e diretoria de Ciências Humanas.

A primeira coleção analisada, *Fronteiras da Globalização*, é dividida em três livros, com diferentes subtítulos. O primeiro intitula-se “O mundo natural e o espaço humanizado”; o segundo livro, “O espaço geográfico globalizado”; e o terceiro “O espaço brasileiro: natureza e trabalho”. A coleção foi publicada pela editora Ática, e tem como autores responsáveis pela publicação, Lúcia Marina e Tércio - conforme assinam na capa do livro-, a primeira licenciada e bacharel em Geografia e professora na educação básica, já o segundo autor tem formação em História e Sociologia, contudo leciona na educação básica em Geografia. Ainda sobre o livro, a edição para o PNL D 2018 é de 2016 e está na sua terceira edição.

A outra coleção analisada foi *Geografia Geral e do Brasil: Espaço geográfico e globalização*, não havendo divisões entre os diferentes livros quanto à nomenclatura. A coleção foi escrita por João Carlos Moreira, bacharel e mestre em Geografia e professor de Geografia, e por Eustáquio de Sene, bacharel e licenciado em Geografia e professor de Geografia na educação básica e superior. A coleção, igualmente à anterior, foi editada em 2016 e está em sua terceira edição.

Aponta-se aqui uma primeira observação: a não exigência por parte das editoras em publicar livros em que todos os autores tenham formação na licenciatura em Geografia, algo que parece ser importante. Não que haja uma garantia de que professores de Geografia façam bons livros, tanto que estamos tratando dos livros mais solicitados que não foram feitos integralmente por profissionais formados na área. No entanto, questiona-se sobre a seleção dos conteúdos: como são apresentadas as questões relacionadas à didática?

Para além da seleção, o caminho investigativo conta com a análise desses livros que foi realizada através de uma leitura atenta das coleções e anotações. O primeiro momento foi contemplado com a leitura dos sumários e a identificação a partir dos títulos e subtítulos dos conteúdos que pertencem ao campo da Geografia Política. A partir dessa identificação, foram adotados alguns critérios para a análise dos LD's, sendo eles: do que se fala, como o tema é posto no livro em cada um dos conteúdos selecionados e as diferentes formas gráficas em que os conteúdos são apresentados.

3. O LIVRO DIDÁTICO NA REALIDADE ESCOLAR

Sendo o objeto deste trabalho o livro didático, constrói-se aqui o entendimento da sua importância para a realidade escolar e para a própria educação brasileira. Sua importância se concentra nos seguintes pontos: no primeiro contato das crianças e jovens, bem como de seus pais, com um livro (CALLAI, 2016), no fato de que metade dos livros vendidos no Brasil são livros didáticos (Schäffer *apud* Santos, 2017).

Considerado elemento importante tanto para a didática, quanto para a formulação curricular, é indispensável que, mesmo de forma breve, trate-se da escolha pelo professor do LD que o acompanhará durante os três anos consecutivos data de vigência do PNL⁶. Ao considerarmos a escolha do LD como uma ação onde está inserida a percepção de mundo do professor, sua filosofia, o que ele pretende para com seus alunos, dá-se conta da importância dessa escolha. Contudo, a prática apresenta-se de forma contrária a essa reflexão necessária do professor com o LD: o processo de escolha sofre o “atravessamento” das editoras, conforme apresenta Munakata (2012) quando aponta que “as editoras contam com equipes de divulgadores, que tentam sensibilizar os professores para os produtos que representam” (p.62). Destaca-se esse fato pois, muito mais que uma questão mercadológica, o processo de escolha do LD está intimamente ligado a proposta pedagógica do educandário e do docente.

Mesmo que a escolha do livro seja, de certa forma, negligenciada, o LD se apresenta como ferramenta importante para o ensino-aprendizagem, podendo servir para os diversos fins, um deles é apontado por Rauber (2016): o de criar uma base comum daquilo que deve ser ensinado, isto é, “ser reprodutor de conteúdos comuns” (RAUBER, 2016, p. 26), funcionando como um guia para o professor sobre o que lecionar em cada etapa. Kaercher adiciona à lista, pontuando que os LD’s “[...] apresentam de forma organizada uma série de informações que necessitamos” (2004, p. 113). Logo, como já descrito, ele cria uma suposta uniformidade ao que se ensina,

⁶ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) “[...] criado em 1985, pelo qual o governo compra os livros solicitados pelos professores para serem distribuídos a todos os alunos das escolas públicas.” (MUNAKATA, 2012, p. 61).

direcionando o corpo docente. Porém, não deve ser um limitador ao que é ensinado, às informações que são trazidas, e, principalmente, à análise que é feita. O LD não deve ter uma função que lhe é atribuída por Gabrelon e Silva (2017): “difusor de verdades absolutas” (p.113). Mas, certamente, ele desempenha o papel de auxiliar o docente e de ser referência para alunos, pais e direção da escola sobre o que se está estudando.

Atualmente, a presença do livro didático no contexto escolar está atrelada à força do interesse editorial brasileiro que tem nos LD's destinados ao ensino público sua principal demanda. Comprova-se isso com os gastos do FNDE, através do PNLD de 2017, que só com os livros destinados ao Ensino Médio gastou-se mais de 337 milhões de reais (BRASIL, 2017). Não é por menos que alguns pesquisadores considerem o livro didático como mercadoria, a exemplo de Manukata (2012). Dados da Câmara Brasileira de Livros (2017) confirmam esse cenário: o livro didático no ano de 2016 foi responsável por 48,5% das vendas de livros no Brasil.

Cada livro carrega consigo a visão do seu autor, logo, uma visão de mundo. Isso é percebido pelos professores, conforme apresentado na tese de Kaercher (2004), onde os docentes identificavam em cada autor um posicionamento político. A não neutralidade do LD, já referida, manifesta-se em seu discurso, na forma como o conteúdo é apresentado, nas verdades que estão ali contidas e que estão sendo construídas.

Seguindo a linha do que foi elaborado por Tonini (2002), com base em Foucault, será utilizado no presente trabalho o conceito de discurso, que é descrito como um “conjunto de saberes e práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT *apud* TONINI, 2002, p.31).

Trazendo uma mirada mais cultural, Tonini (2002) pontua que o LD permite ser utilizado como “artefato cultural”, por ser lugar onde as verdades são fabricadas. A autora ainda pondera que ao curso da sua escrita da Tese aprendeu a ver “o LD como uma peça da maquinaria escolar que está inserida numa arena política, cujo jogo autoriza certos discursos e desautoriza outros” (TONINI, 2002, p. 35). Enquanto artefato e peça dessa arena política, o LD cumpre com o papel de produzir e reafirmar significados, seja através de textos ou imagens.

Compreende-se, assim, que o LD não é produzido de forma apartada da sociedade, que não é neutro. Nele estão contidas opções feitas por seus autores, que revelam as informações e os conteúdos que os seus autores e as editoras acreditam ser necessários para a formação dos alunos. Dessa forma, percebe-se que o LD dá suporte ao currículo escolar, pois nele está contido o que deve ser ensinado ou o que querem que seja lecionado, além de manifestar as formas com as quais os conteúdos podem ser assimilados: decorando, questionando ou reproduzindo. Ele “materializa um currículo editado” (TONINI, 2011, p. 145).

Tonini (2011) aponta que o desejo do LD é a comunicação, e com o passar do tempo, em razão do avanço das tecnologias e da rápida propagação das informações, o LD se reinventa. Se antes, há séculos atrás, ele era manuscrito, atualmente não se concebe um LD que não explore de forma intensa o uso de imagens (de fotografias a gráficos), pois, “pela história do livro didático, percebem-se todas as marcas trazidas pelos acontecimentos, não só da cultura escolar, como da sociedade, mostram sua produção como condição de um contexto” (TONINI, 2011, p. 148), tanto na forma como no conteúdo que se apresenta.

A propagação do LD só foi possível, conforme remonta Tonini (2011), com a modernização necessária para a reprodução dos livros impressos, e não mais de forma manuscrita; bem como o letramento da população mais disseminado que transformou o LD em uma ferramenta possível para ser utilizada em sala de aula por uma expressiva parte da população brasileira.

Mesmo com a ascensão do mundo *on-line*, com a produção de *e-books*, percebe-se que ainda os LD não serão substituídos por essas tecnologias, o que ocorre e ocorrerá é a complementaridade das outras formas de comunicação (TONINI, 2011). O mundo que gira em torno da internet perpassa a vida da maioria dos jovens que frequentam as escolas, inclusive as escolas públicas. No entanto, sabemos que nas diferentes regiões, nos diferentes espaços da cidade, esse acesso se dá de forma mais ou menos limitada. O que impede também a realidade virtual do ensino *on-line* é a própria estrutura física e as condições financeiras das escolas. Dessa forma, um mundo sem LD físico é impensável. Mesmo que não seja e não se torne um material digital, o LD faz bastante referência a esse mundo, apresenta-se na forma de dicas de sites, links de vídeos, etc. Inclusive, ressalta Tonini (2011), que os livros da última

geração em muito se assemelham a uma página da *web* em razão do grande número de imagens –que tiram o espaço do texto- e da própria diagramação.

Em escolas onde as ferramentas tecnológicas não chegaram, ao exemplo do supra utilizado projetor, o livro didático torna-se mais importante ainda. O LD atual está carregado de imagens coloridas, mapas chamativos, gráficos, curiosidades e charges, os quais estabelecem conexões com uma sociedade tecnológica, utilizando-se de uma linguagem mais atrativa. Dessa forma, pode ser de grande valia quando da aproximação do aluno com o conteúdo, pra dar concretude ao que é dito e escrito pelo professor, também para dar um pouco mais de sentido ao que é ensinado com suas práticas culturais. Porém, ele deve ser meio, ser um auxílio ao professor, mas não determinar o que é ensinado e como será ensinado (o viés que é dado para determinado conteúdo). O LD poderá ser propulsor da autoria do professor, principalmente no que se refere à relação entre conteúdo e a vida dos alunos (BRASIL, 2017).

O LD se apresenta como artefato importante no processo de aprendizado, contendo nele um número grande de informações (em textos e imagens), cabendo ao professor a sua seleção. Os textos ali disponibilizados nem sempre possuem linguagem acessível aos alunos, irá depender da realidade em que se está inserido (características socioeconômica, dificuldades de aprendizagem). O livro não trabalha com o particular, mas sim com o geral, preocupa-se com uma padronização do que é ensinado.

Então, se o LD assume o protagonismo na montagem da aula, na hora de pensar no plano de aula, ele é peça chave para sabermos o que os alunos estão aprendendo. Aqui me disponho a identificar e analisar o que os alunos de Ensino Médio tem disponível em seus livros sobre a Geografia Política.

4. DO QUE FALAMOS: A GEOGRAFIA POLÍTICA NA ESCOLA

Neste capítulo trata-se alguns ditos da constituição da Geografia Política, o porquê de trabalhar com essa área da Geografia o que se compreende por Geografia Política e, por fim, o que se busca no LD da abordagem da GP.

Salienta-se que a opção deste trabalho é de se trabalhar com a Geografia Política, e não somente com a Geopolítica que encontra-se como matéria interdisciplinar entre as Relações Internacionais, Ciência Política, Ciências Jurídicas, História, Geografia, entre outras. Sobre a diferença entre os dois campos de conhecimento, encontram-se algumas explicações. A primeira é de que a GP centraria seus estudos na relação entre o espaço e a política, já na Geopolítica ele se daria entre o poder e a política.

Nos escritos de Carvalho e Castro (1956), depara-se com o fato de que dentro do campo científico da Geografia, desde a dita Geografia Tradicional, compreendia-se dois grandes subcampos: a geografia física e a geografia política. Com o passar das décadas, novos temas vão sendo agregados à nossa ciência e, por decorrência, novas nomenclaturas. Assim, no século XIX, Brunhes alcunha a “geografia humana”, quando adiciona “fenômenos relativos à vida dos grupos sobre a Terra [...]” (CARVALHO; CASTRO, 2009, p. 401), sendo este o nome que se perpetuou dentro da Geografia como àquele responsável pelos estudos que envolvessem a sociedade. Entretanto, os autores citados dão conta de que foi “às custas” da GP que se deu essa conquista (de termos um grande campo geográfico que tratasse das questões ditas humanas).

O primeiro teórico que utilizou o termo “geografia política” foi Turgot, um filósofo francês, que buscava justamente uma fusão daquilo que considerava política e geografia (CASTRO, 2005). Sobre a relação entre a geografia e a política, em um primeiro momento, ela se destinou a “compreender o modo pelo qual a política era influenciada pela geografia” (CASTRO, 2005, p. 18). Isto é, a influência dos diferentes elementos, tais como: os recursos naturais, a localização, as fronteiras e o contingente populacional.

A política inserida no campo científico geográfico, passou por distintos momentos. Ela é formulada como campo dentro da geografia no fim do século XIX,

quando a natureza tinha relevância enquanto “marco teórico para a explicação da vida política” (CASTRO, 2005, p. 18). Esse entendimento quanto ao determinismo do meio natural se materializa na compreensão de Friedrich Ratzel sobre o espaço vital, teórico esse responsável pelo reconhecimento da GP como subdisciplina da geografia na Alemanha. Vale destacar que essa compreensão do autor -sobre a importância da extensão territorial aliada aos recursos- deu-se em tempos de unificação da Alemanha que estava dividida em reinos.

Já no início do século XX, a GP se debruçava nas estratégias de controle e no poder que o Estado exercia sobre determinado território, sendo neste momento utilizada como escala de análise o global e o nacional. Esse foi um importante século para a GP, nele ocorreram as duas grandes guerras mundiais, mas sem dúvida a que mais marcou a disciplina foi a segunda Guerra Mundial, pois, nos regimes fascistas ficaram evidenciadas as influências dos estudos ratzelianos para justificar o III Reich. O fim da guerra e os horrores promovidos pelo fascismo, “conduziram a disciplina ao ostracismo” (CASTRO, 2005, p. 20). Até a década de 1960 eram estudados temas considerados clássicos na GP, tais como: fronteiras, território estatal e divisão político administrativa (TEIXEIRA; SILVA, 2015). Somente no final do século XX é que a GP passa por uma renovação necessária para o entendimento das mudanças que o mundo passava: fim do mundo bipolar, globalização e consolidação da democracia representativa. Nessa nova realidade, enquanto campo científico, a GP se destina a novos temas e novas escalas -o local e o regional- sem deixar de entender o território como fonte de poder (CASTRO, 2005), nesse mesmo momento cresce a importância de acadêmicos estadunidenses, dando fim à polarização francesa e alemã dentro deste campo científico.

No século XXI percebe-se a diminuição da importância do Estado-Nação como ator único da GP, dando espaço para os atores locais (a exemplo dos movimentos sociais) e supranacionais (empresas multinacionais e organismos internacionais) ao mesmo tempo que ocorre a ascensão de outras temáticas: ressurgimento dos nacionalismos, circulação internacional de mercadorias e da mão de obra, intensificação da democracia, surgimento e importância dos movimentos sociais, terrorismo (a partir de 2001) (CASTRO, 2005).

De acordo com a realidade de cada país, a pauta estudada por meio da GP vai se modificando. Iná de Castro (2005) percebe que em países onde a desigualdade

econômica já foi minimamente superada, chamado pela autora de países ricos, as pautas políticas se dão em razão de direitos civis, feminismo, movimento ambiental. Diferente do que ocorre nos países pobres, onde as pautas são destinadas aos problemas econômicos prioritariamente. No Brasil, a mesma autora aponta o campo de possibilidades da GP:

[...] as condições contemporâneas da democracia, os regionalismos, a geografia eleitoral, as políticas públicas que impactam e redesenham espaços urbanos e rurais, a estrutura federativa, cuja lógica é fundamental para compreender algumas características essenciais do seu território, inclusive a competência nacional para produzir e reproduzir desigualdades sociais e territoriais (CASTRO, 2005, p. 282).

No Brasil a GP teve seu início com a chegada de Delgado de Carvalho (1884-1980) que negava o desprovimento do cunho político na ciência geográfica. Ele foi professor de Golbery do Couto e Silva que fez da GP instrumento para o exército brasileiro. Foi na década de 1970 que a academia e que civis começam a incorporar a temática aos seus estudos, vide a produção de Berta Becker na década de 1970, acompanhando a renovação que a geografia passava, representada internacionalmente no campo da GP por Yves Lacoste.

O ensino da Geografia Política se modificou ao longo do tempo, algo evidenciado em Pereira (2009), que, tendo como referência a obra de Delgado de Carvalho –que foi professor do Colégio Pedro II na década de 1920 - aponta que, nas primeiras décadas do século XX, o ensino de GP foi destinado em prol do nacionalismo, “na representação patriótica e afirmação da unidade nacional” (p.107). Já na década de 1930 os assuntos referentes ao Estado, à fronteira e ao território. Em 1950, os debates internacionais tomam maior importância em virtude do fim da segunda Guerra Mundial (PEREIRA, 2009).

Ao se pensar em GP não causa estranhamento que o entendimento se direcione para conflitos centrados na disputa territorial, principalmente em âmbito internacional. Porém pretende-se aqui ultrapassar esse entendimento, sem abrir mão do mesmo. Pode-se associar a GP às questões ligadas à cidadania, à democracia, isto é, daquilo que trata da relação das pessoas com as instituições (estatais e privadas). Essas diferentes relações se traduzem em relações de poder que irão se materializar espacialmente. Em resumo, como cita Castro (2005) “[...] podemos indicar

que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e no território –base material e simbólica da sociedade –que se define o campo da geografia política (p.16).

A política está em tudo – e pode estar em todos os campos de estudo da geografia-. Em verdade, a GP, ou, a política, é um olhar possível para se enxergar a Geografia. Ao olharmos a ciência geográfica através desse prisma faz-se uma escolha quanto à visão de mundo que se tem. Salienta-se que quem pesquisa a Geografia pode optar pelos seus diferentes prismas: cultural, ambiental, econômico ou todos os anteriores. Busca-se aqui compreender o que seria uma Geografia Política escolar, isto é, o que jovens do Ensino Médio (EM) devam/necessitam aprender do amplo conteúdo da Geografia?

A subdisciplina se apresenta como relevante quando aparece no Plano Curricular Nacional (PCN)⁷ destinado às Ciências Humanas no ano de 2006 referente ao EM, o trecho em que a GP aparece é aqui destacado:

As diferentes fronteiras e a organização da geografia política do mundo atual, estado e organização do território. Acresce-se aqui a dimensão da Geografia política: quanto ao papel do Estado na criação de oportunidades ou de cerceamento de ações envolvendo populações, nas formas de organização da população nos vários lugares do mundo, com suas lutas específicas, na definição de fronteiras e das possibilidades de sua superação, na estruturação dos territórios e as configurações demarcadas por interesses estratégicos nacionais (BRASIL, 2006, p. 58).

Nesse trecho podemos extrair algumas das temáticas que, segundo o PCN, encontram-se dentro da Geografia Política: fronteira, organização do espaço mundial, políticas públicas, movimentos de minorias e disputas territoriais. Depara-se aqui não com a visão clássica da GP, mas sim com aquela mais contemporânea, que não discute apenas questões ligadas ao Estado, apesar de ser a centralidade, mas também dá oportunidade para outros temas quando aborda as “lutas específicas”. Já nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)⁸, documento mais atual que o PCN, não

⁷ Os Parâmetros Nacionais Curriculares surgem com o objetivo de apoiar o professor e a equipe pedagógica, assim, servindo para o “apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para sua formação e atualização profissional” (BRASIL, 1998).

⁸ As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem uma base nacional comum, orientando a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas.

encontra-se qualquer menção a qualquer uma das áreas da Geografia, dentre elas a GP.

A escola como espaço de convívio social e também de dominação dos corpos, como discute Foucault, é o espaço onde se vivenciam as relações de poder, onde se percebe como as pessoas se submetem a ele, de que forma se rompe com isso, como os grupos de minoria (não no sentido quantitativo, mas sim de poder e de representação) se organizam. Todos esses elementos, que são percebidos nas escalas internacionais, nacionais e locais, e que são parte da Geografia Política, estão presentes no espaço escolar. Mesmo sem perceber, ao estabelecer e vivenciar relações de dominação, os jovens praticam/vivenciam, de certo modo, a GP na escola e no cotidiano social.

Na prática docente, isto é, na sala de aula percebe-se que a GP está presente. A negação da neutralidade já prevê um posicionamento político-não partidário- do professor. E como isso pode chegar na aula de Geografia? O discurso que assumimos em nossas aulas, os enunciados que propomos para chamar a atenção dos estudantes é resultado de nossas práticas sociais e influenciam os sujeitos, os alunos. O discurso que assumimos orienta nosso modo de ser e agir.

Destina-se agora em pensar como a Geografia Política chega e atravessa a escola, isto é, quais os conteúdos que chegam aos alunos por meio da GP. Onde que essa subdisciplina pode acrescentar no desenvolvimento da cidadania dos jovens. Em uma primeira reflexão já surgem alguns temas: a democracia (o voto e atuação cidadã), diferentes modelos de sociedade e de economia, limites e fronteiras, questões migratórias, o papel do poder nas diferentes escalas, etc. E, ainda, como ela auxilia na leitura dos alunos sobre a espacialização de fenômenos políticos, por exemplo: identificar as estratégias operadas pelo poder, como esse poder atravessa a economia.

Em tempos de Escola Sem Partido⁹, a GP ou a percepção da geografia através da política pode ser mais rara. Isso se deve ao fato dela se destinar às questões do

⁹ O projeto existe nas diferentes escalas administrativas. Em nível federal, a lei foi proposta pelo senador Magno Malta (PR) que propõe a inclusão do Programa Escola Sem Partido na LDBEN (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional). Entre os incisos mais polêmicos do projeto estão: que a educação nacional atenderá o princípio de “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, “direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as

cotidiano, por colaborar na formação de jovens críticos, problematizando questões sociais e econômicas. Ela também abre espaço para se falar de política “puramente”, de fatos políticos (ex: lei de migração, reforma trabalhista, reforma política, etc). Atualmente, temas como: corrupção, representatividade, democracia representativa, sistemas políticos, caberiam à disciplina.

Sobre o ensino de GP na educação básica ressalta-se que não são muitos os trabalhos acadêmicos que se destinam a tal temática. Talvez isso se justifique pela especificidade do tema, ou pela GP ser algo que está muito incrustada na academia e que não consiga chegar de forma clara na geografia escolar, ou pelo fato dela estar presente nos LD's de forma pulverizada. Contudo, me concentro nos materiais já produzidos para perceber os caminhos percorridos na identificação dos conteúdos selecionados na procura do que caberia à Geografia Política.

O fato é que dentre os trabalhos selecionados, alguns apresentam como tema a Geopolítica, e quando na análise do LD são procurados conteúdos de conflitos internacionais. De pronto pontuo que este também deve ser foco da Geografia Política, pois o conflito é resultado da disputa, muitas vezes entre Estados ou grupos sociais. Contudo, cabe à GP quando tratar de questões internacionais, não se deter apenas ao conflito, mas também à integração de Estados, aos acordos internacionais e no que isso altera o cotidiano das pessoas.

Em todos eles se faz presente o papel da GP na formação cidadã dos alunos, e que a mesma, bem como a própria Geografia, traz elementos ao alunado para a reflexão, desenvolvimento da criticidade, para a formação de um cidadão que lutem por seus direitos e deveres. Para tanto, busca-se nos LD as seguintes temáticas: diferentes formas de governar com foco na democracia, elementos de uma geografia eleitoral, competências de cada esfera de poder, políticas públicas, questão migratória, formação das fronteiras e as fronteiras atuais, integração regional de Estados-Nações e conflitos territoriais.

suas próprias convicções”; e que no exercício de sua função, o professor: “não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias” e, ainda que “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” (BRASIL, 2016b).

O relevante desses conteúdos que parecem estar tão distantes da realidade ou que têm origem nos centros de poder, igualmente distantes, é que eles se manifestam na realidade ou podem ser percebidos com auxílio do professor. Abordar os problemas cotidianos que encontram suas soluções na política, relacionar problemas de escalas diferentes (principalmente a escala nacional e problemas da administração local), trazer para a sala de aula o conteúdo de “atualidades”, isto é, abordar temas que estão em pauta na mídia e provocar no aluno um novo olhar para o tema. Assim é possível apresentar um viés pouco abordado, rompendo com o senso comum de forma a dar elementos para a construção da sua própria opinião.

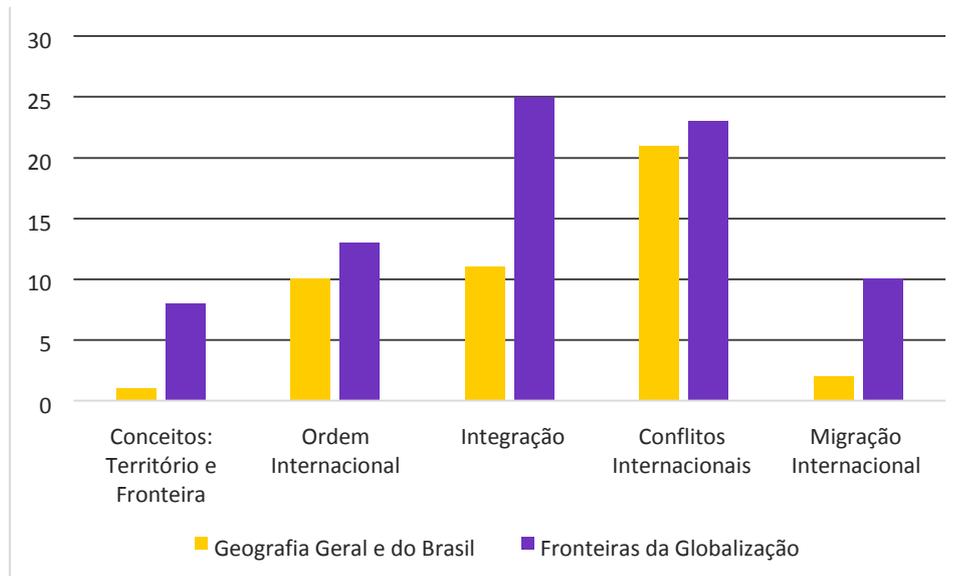
5. PELAS PÁGINAS DO LIVRO DIDÁTICO: OS DÍZERES SOBRE A GEOGRAFIA POLÍTICA

Destina-se, neste momento, na análise dos Livros Didáticos no que concerne aos seus escritos sobre aquilo que consideramos como Geografia Política. Mais uma vez, ressalta-se que os livros analisados se referem ao Ensino Médio, dentre eles optou-se pelas coleções mais solicitadas pelas escolas públicas brasileiras nos PNLD's de 2012 e 2015, conforme discriminado na metodologia deste trabalho. No desenvolvimento deste capítulo, a estrutura seguida será dada por meio dos conteúdos identificados que compõem os temas trabalhados no campo da Geografia Política.

Como panorama geral, identifica-se que os conteúdos são divididos de formas distintas pelas duas coleções (Geografia Geral e do Brasil e Fronteira de Globalização), não havendo uma ordem comum na estruturação dos livros. Isso traduz o entendimento de como os autores dos livros compreendem o encadeamento no aprendizado dos temas. Lembra-se, aqui, os conteúdos que foram destacados para o presente estudo e que pertencem ao campo da GP: Conceitos: Território e Fronteira, Ordem Internacional, Integração, Conflitos Internacionais e Migração Internacional.

O gráfico abaixo auxilia na compreensão da importância de cada um dos conteúdos que envolvem a GP para a formação do aluno. O conteúdo de maior importância nos LDs são os projetos de integração e os conflitos internacionais, por vezes distribuídos em mais de um capítulo, evidenciando que para a Geografia as relações dos países não se dão apenas pelos conflitos, mas de igual importância são as relações pacíficas entre eles. Outro fato que depreende-se a partir do gráfico é a maior presença dos conteúdos relacionados à GP na coleção Fronteiras da Globalização.

Gráfico 1. Número de páginas destinada a cada conteúdo analisado por coleção.



Fonte: Moreira e Sene, 2016; Rigolin e Almeida, 2016.
Orga.: A autora.

Mesmo que sigam estruturas muito parecidas ao analisar o que é apresentado para cada ano do Ensino Médio, onde no primeiro ano são abordados os conceitos fundantes da disciplina, os aspectos da Geografia Física; no segundo ano dá-se destaque à globalização e aspectos das políticas internacionais- no qual concentram-se os conteúdos da Geografia Política-; e no terceiro ano a preocupação dos LD's é fazer um retrato do Brasil; existem nuances que as diferenciam quando volta-se os olhos para os ditos sobre Geografia Política. Enquanto a Coleção Fronteiras da Globalização (FG), que já traz no título um importante conceito para o subcampo, apresenta os conteúdos de GP de forma mais pulverizada entre os três anos escolares finais, a coleção Geografia Geral e do Brasil (GB), por sua vez, concentra esses conteúdos no livro dois, destinado ao segundo ano.

Apresenta-se a seguir algumas reflexões para cada conteúdo identificado como pertencente ao campo da GP, destacado nesta produção.

- **Conceitos: Território e Fronteira**

É de praxe que os LDs iniciem a aproximação do aluno com a coleção através da evolução do pensamento geográfico e, logo em seguida, apresentem os conceitos basilares da disciplina, dentre eles: lugar, espaço geográfico, paisagem, região e território. Esse último conceito é essencial para a GP. Nas coleções analisadas não foi diferente, o conceito de **território** está contido nos livros de primeiro ano, com a distinção que na coleção FG ela está apartada dos outros conceitos, sendo localizado somente ao fim do livro quando aborda-se o Estado-Nação. Poder, controle e domínio são palavras que dão o tom na definição de território. A coleção GB preocupa-se em fazer um apanhado histórico da evolução do conceito associado às correntes de pensamento na geografia, o que parece ser pouco proveitoso para o aluno. Essa mesma coleção associa o território unicamente ao Estado-Nação, conforme o entendimento da GP tradicional. Algo que se contrapõe na coleção FG, que mesmo situando o conceito na unidade que trata do Estado-Nação, aponta como território uma área delimitada que se diferencia das outras pelo governo, pela cultura, pela economia. Dessa forma, acaba dando uma visão mais contemporânea ao conceito.

As **fronteiras** territoriais aparecem na coleção FG como “limites do alcance das relações de poder exercidas entre os diversos agentes”. Faz-se, apenas nessa coleção, a distinção entre os dois conceitos (limite e fronteira), algo caro à GP e densamente trabalhado na GP brasileira, ao exemplo da abordagem realizada pela professora Lia Osório Machado. Dessa forma, caracteriza-se no LD limite associado a uma linha e fronteira a uma faixa. Essa distinção permite aos alunos e professores o exato sentido que cada uma exerce. Enquanto a linha que divide dois países exerce o limite de atuação de um Estado, ligado a sua soberania e ao uso de sua força legítima; a fronteira está ligada à troca, à circulação, à cultura.

Foi adotada pelo FG a imagem da fronteira Brasil – Uruguai, conforme a Imagem 1, para retratar o conteúdo. Ressalta-se a importância de se retratar o lado pacífico da fronteira, de comunhão, onde a passagem dos transeuntes é livre e onde há ausência do “limite”, mas ao mesmo tempo indaga-se se toda fronteira é assim, se não seria pertinente, tratando-se exclusivamente as fronteiras brasileiras adicionar a fronteira com a Venezuela, onde situa-se a floresta amazônica. Acredita-se que isso

daria margem para a compreensão da pluralidade de fronteiras existentes em território nacional.



Imagem 1. Fronteira Brasil - Uruguai
Fonte: Rigolin e Almeida, 2016.

Chamadas de fronteiras políticas, aquelas que separam os Estados, o LD deixa evidente a alteração que elas sofreram e sofrem com o passar do tempo, isto é, os limites não são estáticos. Como exemplo tem-se a divisão do continente africano do século XX para o século XXI; e o leste europeu pós-dissolução da URSS e a expansão do território brasileiro.

- **Ordem Internacional**

Nesse conteúdo aborda-se as diferentes ordens geopolíticas, isto é, as diferentes formas dos países se organizarem frente à realidade internacional. Para abordar o tema, os livros fazem uso de fotos dos representantes das forças antagonistas do mundo bipolar, das disputas do poderio bélico, das propagandas da época, mas se faz ainda maior o número de mapas utilizados para representar o conteúdo. Esses são utilizados para mostrar a divisão do mundo no sentido leste - oeste (socialistas X capitalista) e para representar a proximidade espacial entre EUA e URSS, bem como para ilustrar aos alunos a Alemanha e sua capital, Berlim, dividida entre as duas potências do mundo bipolar, como mostra a Imagem 2.

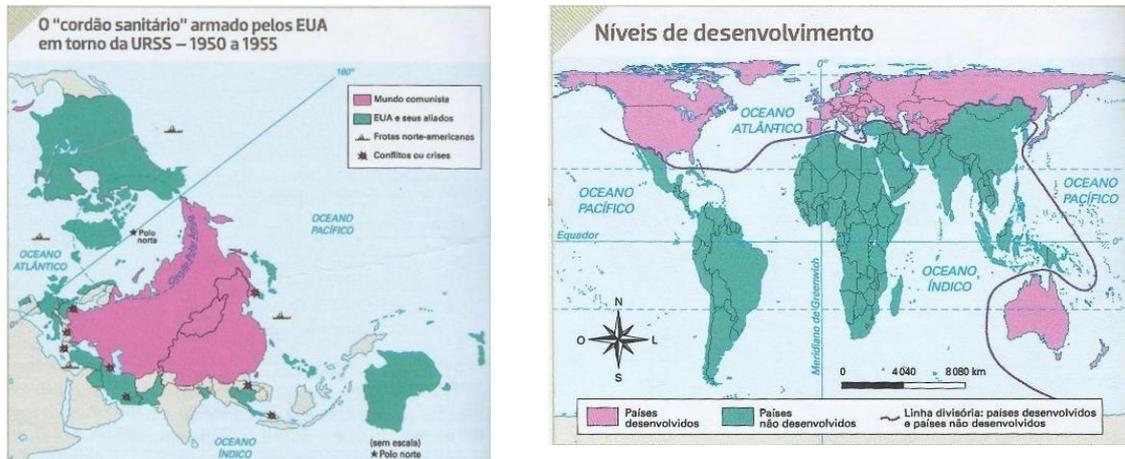


Imagem 2. As diferentes ordens mundiais
Fonte: Rigolin e Almeida, 2016.

Diferente de demais capítulos, nestes estão presentes os mais diversos tipos de gráficos que abordam a economia das principais potências, os quais operam através da linguagem visual um valor de verdade que tenta direcionar legitimidade da ordem internacional estabelecida pelos dizeres econômicos.

Para os escritores dos LD analisados, coube à seção sobre a ordem internacional trazer à tona elementos da 2ª Grande Guerra e como isso deflagra em um mundo bipolar. Apesar dessa divisão, são apresentadas, de forma superficial o que embasa teoricamente esses dois mundos: de um lado Marx e Engels e a Revolução Russa- sem explicar porque ela ocorreu na Rússia, de outro lado são citados apenas os planos dos EUA para o combate ao avanço do socialismo, como: Plano Marshall, Doutrina Truman e o surgimento da OTAN.

A URSS são ditos como governos totalitários. Não fazendo distinção entre as diferentes fases que a União Soviética passou e sem fazer menção ao que era a Rússia Czarista. Faz-se as seguintes reflexões: há consenso de que a URSS foi unicamente totalitária? Isso é uma verdade? Complexificar os conteúdos traria mais elementos ao debate plural, sendo isso algo que dependeria da disposição do professor.

Não há consenso entre os LDs sobre a atual organização internacional. Vivemos em mundo uni ou multipolar, ou, ainda, uni-multipolar? A coleção FG traz que a ordem geopolítica está centrada nas mãos de três grandes potências: Estados

Unidos, Alemanha e Japão. A coleção GB já faz coro aos que leem o mundo como sendo uni-multipolar, no qual a hegemonia estadunidense é incontestável. Porém, em razão da crise mundial econômica de 2008, essa hegemonia se dissipa. Esse fato, para os autores do livro, está associado às novas relações de interdependência dos EUA com potências emergentes. Na transição do mundo bipolar para a o unimultipolar, apresenta-se nos livros a mudança na divisão do mundo: enquanto no primeiro momento essa divisão se dava entre Leste e Oeste em razão da divisão ideológica e econômica, a atual divisão se dá na orientação Norte e Sul que divide o mundo em países desenvolvidos e não desenvolvidos (agrupando os que estão em desenvolvimento), categorização esta marcada pela economia dos países.

Como já supracitado, a ordem geopolítica internacional trata apenas das potências mundiais, deixando à margem do processo político internacional países que são menos desenvolvidos. Por certo que a importância destes no cenário internacional é diminuta. Mas o interessante é que o olhar do LD para a organização internacional se desloca dessa realidade (como se não existissem). Na verdade o capítulo trata, de forma crua “quem manda no mundo”.

Se de um lado, o LD não menciona os países menos desenvolvidos e o papel que eles cumprem no cenário internacional, o mesmo não ocorre com os países emergentes. São conceituados como emergentes os países com crescimento econômico e com expressivo mercado consumidor. Nos livros analisados o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ganhou destaque, ocupando nos livros de 2 a 3 páginas. A importância de situar um grupo onde o Brasil está presente faz-se mister na tomada de consciência do aluno de que o Brasil é parte de um grupo representativo dentro da ordem internacional. Assim, é possível romper com uma máxima assimilada pelos jovens e percebida na minha prática de que somos um país pobre e sem relevância internacional.

Compreender como os países se organizam e como isso se altera ao longo da história é parte importante do processo de entendimento dos alunos sobre o mundo que vivemos. Nem sempre os EUA foram a potência principal do mundo, nem sempre o capitalismo foi o único modelo econômico e de sociedade, e que ainda não o é. O que faz os países hegemônicos serem hegemônicos? Como eles chegaram nessa situação? E espacialmente, como isso se traduz? O professor tem nesse conteúdo um

conjunto de possibilidades para mostrar que o mundo e a relação de poder entre os países é complexa.

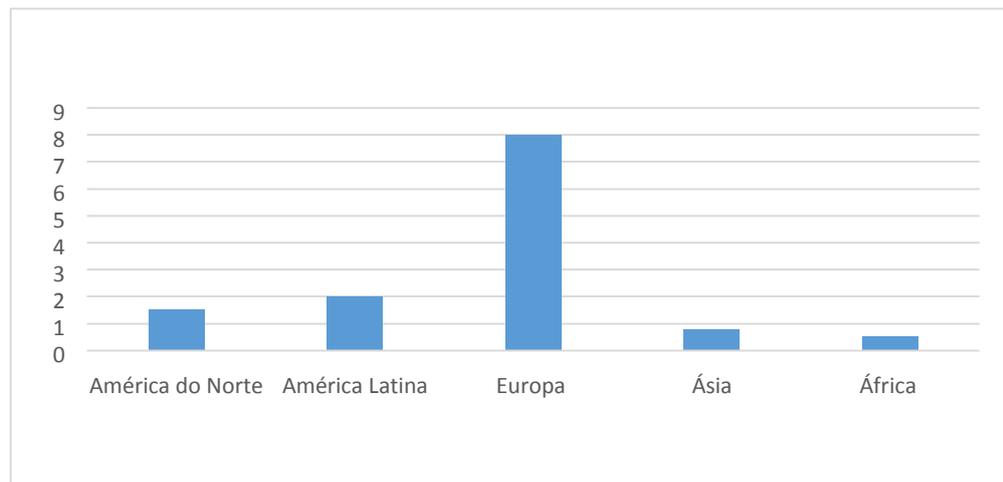
Ensinar as diferentes ordens internacionais é terreno árido para o professor. Um conteúdo que se distancia da realidade do jovem brasileiro. O LD auxilia o professor nessa empreitada, fornecendo imagens e gráficos com informações que permitem a leitura dessa realidade.

- **Integração Regional**

A integração dos Estados através de organizações supranacionais se apresenta no LD associado ao capítulo que aborda o comércio, como se a única razão para a existência dos blocos regionais, conforme nomeia-se no LD, fosse a facilidade no comércio multilateral. Exclui-se, em um primeiro momento, as iniciativas de cunho político ou mesmo àquelas que surgiram em razão do comércio, mas que evoluíram para uma integração mais efetiva, como o exemplo da União Europeia ou do Mercosul. Cabe o destaque para o fato das coleções, como evidenciado no Gráfico 1, darem relevância diferente ao tema. Enquanto a FG destina 25 páginas, a coleção GB destina 11 páginas.

Sabe-se que o livro didático não dá conta da totalidade sobre determinado tema, sendo assim apresenta-se nesse conteúdo alguns dos projetos de integração, tais como: União Europeia (UE), Comunidade dos Estados Independentes (CEI), Nafta (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), Mercosul (Mercado Comum do Sul), Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). Nessa seleção percebe-se uma preocupação na escolha dos blocos apresentados em razão da sua localização, sendo todos os continentes contemplados. Porém é na distribuição do número de páginas que está centrada a desigualdade, conforme ilustra o Gráfico 2.

Gráfico 2. Número de páginas do conteúdo de Integração Regional, distribuída por Região



Fonte: Moreira e Sene, 2016; Rigolin e Almeida, 2016.
Org.: A autora.

Para a América do Norte tem-se em média uma página e meia que se destina ao NAFTA, evidenciando o aumento da dependência comercial do México e do Canadá na aliança com os EUA. Para a América Latina são destinadas duas páginas e meia, onde abordam o Mercosul, a Unasul¹⁰, a CAN¹¹ e a ALBA-TCP¹², além dos movimentos contrários à ALCA¹³. Para a Ásia o LD trata unicamente o sudeste asiático, que está inserido no bloco de integração ASEAN, que é descrito em menos de uma página; de forma ainda mais tímida é evidenciada a Liga Árabe, que apresenta-se através de 5 linhas, um projeto de integração para uma das zonas de maior conflito no mundo. O estudo desse bloco de integração poderia ser um importante meio para se romper com o estereótipo de que os países localizados no Oriente Médio e suas proximidades vivem exclusivamente em conflito.

No entanto, a Europa, através da União Europeia (UE), ocupa nos LDs analisados em média oito páginas. Essa discrepância, em relação às demais regiões do mundo possuem seus significados. A primeira justificativa para tamanha diferença centra-se na importância da UE, considerado o bloco de integração mais bem

¹⁰ União das Nações Sul-Americanas.

¹¹ Comunidade Andina de Nações.

¹² Aliança Bolivariana para os povos de nossa América – Tratado Comercial dos Povos. ¹³ Área de Livre Comércio das Américas.

sucedido por ter sido o primeiro e por concentrar importantes países da economia mundial. O bloco é o que atingiu o maior nível de unidade, ultrapassando às questões econômicas, motivo pela qual surgiu. É inegável a importância dos alunos aprenderem o que é a UE e reconhecerem nela um projeto de integração que é efetivo na vida dos europeus; contudo, o LD deveria dar maior relevância aos processos que envolvam o Brasil, fornecendo informações importantes – ignoradas no LD- e que possa ter significado na vida dos estudantes, ao exemplo do Mercosul, que possibilita aos cidadãos mercosulinos um trânsito menos burocrático entre os países membros, no qual é necessário somente a apresentação do RG da identidade.

Os blocos que estão inseridos no continente africano aparecem em menos de uma página nos LDs consultados. São citados dois projetos: a SADC e a Comesa (Mercado Comum dos Países de Leste e do Sul da África). O que chama atenção é a ausência de projetos que deem conta dos países da África Subsaariana, ao exemplo da União Africana. Faz-se menção que quando abordados os blocos de integração africanos há uma referência ao seu insucesso, a sua “fragilidade”, em razão da realidade econômica da maioria dos países e da “desagregação vigente” em referência ao processo de partilha da África.

Os textos referentes ao conteúdo são repletos de informações, algumas em demasia, contudo com a ausência outras, conforme citado anteriormente. Destacase a importância da quantidade de mapas que se faz presente. Os principais blocos citados apresentam um mapa ao lado, dando ao aluno e ao professor a condição de localizar de onde se fala. Também utiliza-se de gráficos como recurso, para além do texto. Esses gráficos tratam principalmente da economia.

- **Conflitos Internacionais**

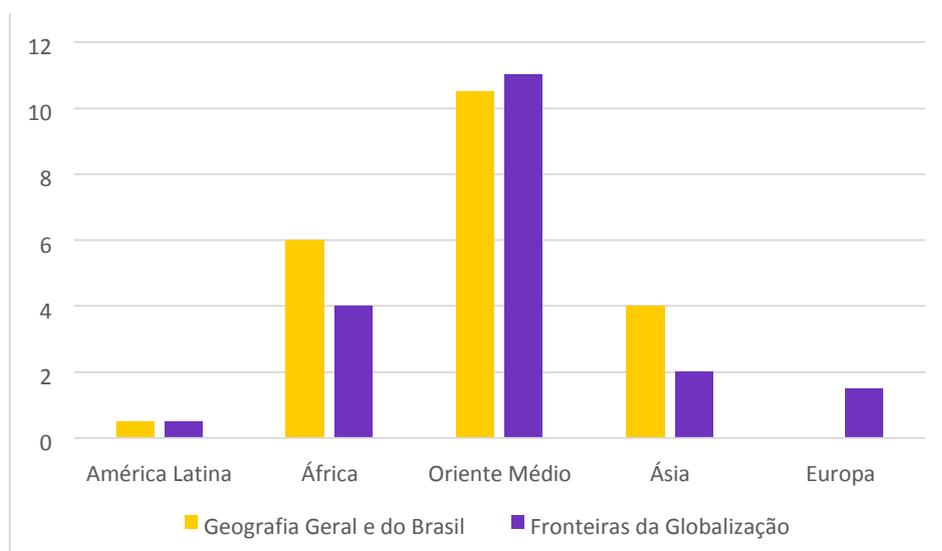
Se a integração revela o grau de maturidade da relação dos países e a pacificidade entre eles; os conflitos internacionais evidenciam justamente o contrário. Ainda há muitos conflitos internacionais e que são percebidos pelo anulado principalmente quando dos jornais televisionados ou em jornais impressos.

O tema desperta nos jovens –estamos tratando dos jovens de Ensino Médio– curiosidade em torno do que motiva as guerras. O fato deles se inteirarem desses temas auxiliam na sua visão de mundo, saber que recursos naturais (água/petróleo/minérios) ainda provocam muitas dessas guerras, bem como as lutas por independência ou pela primazia de alguma religião.

No LD os conflitos tomam grande espaço –em média mais de 20 páginas– dando conta de sua relevância dentro do que se considera importante para o conhecimento geográfico. Esses conteúdos estão atrelados ao que se chama de “atualidades”, onde é dado ao aluno um panorama do que ocorre no mundo. Por mais que estejamos cada vez mais conectados e informados, não é verdade que o nosso aluno busque essas informações, mas que ele tem possibilidade de acesso a elas. Mesmo com esse teor de “atualidades”, os LDs também lançam mão dos conflitos passados e que repercutem territorialmente nos presentes dias.

Nas páginas do LD a distribuição se dá de forma desigual entre os continentes em que ocorrem os conflitos. Se no assunto integração a atenção centra-se na Europa, o mesmo não ocorre quando se trata de conflitos, onde a maioria das páginas destinam-se para o Oriente Médio, como observa-se no Gráfico 3.

Gráfico 3. Número de páginas de cada coleção destinada aos conflitos nas diferentes regiões do mundo.



Fonte: Moreira e Sene, 2016; Rigolin e Almeida, 2016.
Org.: A autora.

Mas será que essa distribuição possui relação com lugares mais ou menos pacíficos? Será que com essa distribuição o LD não reforça o discurso de que no Oriente Médio seja um lugar somente de violência e a Europa um local de extrema pacificidade?

Para a América Latina os livros trazem “as guerrilhas na América Latina” onde faz-se alusão aos grupos de resistência às ditaduras. Traz à tona, para o subcontinente, o caso da Colômbia em razão da ação das FARC como exemplo de um conflito internacional por sua ligação, segundo o LD, com o tráfico internacional de drogas. Mas será que este é o único conflito que ocorre na América Latina? Por certo que esse baixo número de páginas se deve a pacificidade do subcontinente em relação aos demais Estados. O que o professor pode fazer com essa ausência de páginas? O que assola a América Latina é a guerra diária, provocada pela violência produto da desigualdade social que marca seus países. Por que não se menciona isso no LD? Não seriam as ações dos grupos ligados ao narcotráfico no Brasil um conflito internacional?

O continente africano é marcado pelas disputas territoriais, políticas e étnicas, e são elas que fundamentam conflitos que lá ocorrem. Sempre fazendo alusão à pobreza que marca a África, o LD traz a disputa das etnias como a principal razão dos conflitos, ao exemplo do Sudão e Sudão do Sul, Ruanda, Congo e a região do chifre da África.

Os conflitos que ocorrem no Oriente Médio estão ligados ao domínio de recursos naturais, às diferentes correntes religiosas que almejam se tornar uma religião majoritária em detrimento das outras, ao exemplo da ação do Estado Islâmico. Esse é o momento do LD dedicado a tratar de extremismo e fundamentalismo. Essas práticas não existem em outros lugares do mundo?

O LD traz uma linha histórica para se entender o surgimento do grupo terrorista, ao exemplo da sua ligação com a Al-Qaeda e da intervenção dos EUA no Iraque. Ainda traz elementos da religião: sunitas *versus* xiitas. Esses elementos dão condição ao professor de fazer uma leitura mais completa do tema, não ficando pontuada apenas pelas ações terroristas. Destaca-se no LD que a ação desse grupo não possui apoio da maioria da comunidade muçumana. Outro conflito que aparece

com bastante relevância é o de Israel e Palestina, um conflito que perdura por décadas. Os livros destinam muitas páginas para abordar a triste realidade em que vive o Oriente Médio, das suas instabilidades políticas e sociais (de onde partem muitos refugiados), no entanto sabe-se que não é só isso que compõe a região.

Contudo as coleções tratam de forma muito tímida dos “pontos positivos” que são: a primavera árabe e as resistências aos grupos extremistas.

A Ásia tem seus conflitos centrados no passado em razão da desmembração da URSS, marcando as lutas separatistas da Ucrânia e dos países que compunham a Iugoslávia. O mesmo tipo de conflito é o que marca a Europa, em razão da presença no passado recente de grupos separatistas. O ETA atua pela independência do país Basco (entre a Espanha e a França) e o IRA que desejava separar a Irlanda do Norte. A Europa é retratada, quanto aos conflitos, como um principal foco das ações terroristas, mostrando o atentado à redação do jornal Charlie Hebdo, contudo não se fala porquê a Europa. Os motivos parecem óbvios (concentração de riqueza, presença de turistas, provocar a sensação de medo, ataque a símbolos ocidentais), contudo eles carecem ser apresentados no LD.

As imagens corroboram com o que está posto em forma de texto: mais uma forma de mostrar o Oriente Médio como um lugar de conflito, em escombros, como exemplifica a Imagem 3.



Imagem 3. Homs (Síria) em escombros em razão da Guerra Civil.
Fonte: Moreira e Sene, 2016.

Para a representação gráfica do conteúdo são utilizadas toda a sorte de imagens que retratam os diferentes tipos de conflitos existentes, são fotos que expressam sofrimento e destruição. Também utiliza-se de muitos mapas a fim de localizar as áreas onde ocorrem os conflitos.

- **Migração Internacional**

Por mais que se encontrem no LD os conteúdos relacionados à população e mais precisamente aos movimentos populacionais, toma-se, aqui, para a Geografia Política, assim como se faz no campo acadêmico, o conteúdo da migração internacional. O tema assume grande importância na realidade dos alunos (gaúchos), pois a vinda de imigrantes senegaleses e haitianos e a presença deles nas principais cidades gaúchas despertam a curiosidade do alunado para o tema.

Devido à realidade desse cotidiano, faz-se mister o ensino sobre migrações internacionais, evidenciando os motivos da saída dessas populações, se possível aproximando os alunos de histórias reais a fim de que consigam desenvolver empatia por essas pessoas e suas realidades.

As migrações internacionais são abordadas de forma distinta entre as duas coleções: a GB insere ela no contexto da composição da formação brasileira trazendo à tona casos de migrantes em São Paulo na atualidade; na coleção FG o tema é abordado quando do capítulo sobre migrações, em que é dado um panorama mais completo sobre o tema. Utilizam de imagens que retratam a realidade do migrante quando da travessia para seu destino final, das suas manifestações culturais e mapas que revelam os fluxos migratórios internacionais.



Refugiados sírios chegam à ilha de Lesbos, na Grécia. Foto de 2016.

Imagem 4. Refugiados na travessia da Síria para a Grécia
Fonte: Moreira e Sene, 2016.

São distinguidos os diferentes motivos que fazem um grupo populacional se deslocar de um lugar para outro, e coloca em destaque os países não desenvolvidos que estão marcados pelo desemprego e pela pobreza. Apontam para as diferentes orientações dessa migração, dos países menos desenvolvidos para os desenvolvidos e as migrações que se dão entre países não desenvolvidos, evidenciando uma movimentação para um país “menos pior”.

A imigração e o acolhimento dessas populações são vistos pelo LD de forma humanitária, trazendo dados da Acnur (Alto Comissariado da ONU para refugiados) que traduz a realidade do migrante: são 232 milhões de pessoas que constituiria o quinto país mais populoso. A importância de se trabalhar com os dados, e de o LD ser a fonte do professor para esses números, é de dar concretude, materialidade ao que se diz em sala de aula. Acredito que os alunos se chocariam com um dado desses.

O LD se diferencia do que é senso comum quando consegue dar um olhar positivo a entrada de imigrantes. São levantados os seguintes pontos: “contribuem com seu trabalho no país em que foram acolhidos e também movimentam a economia

do seu lugar de origem”. Cabe ao professor dar luz a essa visão trazida pelo livro e pouco discutida na nossa sociedade.

Os exemplos trazidos no LD dão conta de uma diversidade de migrações que ocorrem no mundo. A atenção é dada ao principal destino dos migrantes, a Europa. O fato da Europa ser o principal destino de pessoas da América Latina, África, Ásia e do leste europeu, não fica clara, parecendo algo óbvio para o leitor. Para discriminar o país de maior número de emigrantes para a Europa e o país europeu que mais recebe imigrantes o LD utiliza-se de tabelas para expressar esses dados. Na América Latina o destaque é dado aos migrantes do México para os EUA, fazendo menção, inclusive, à barreira que se ergueu em parte da fronteira para impedir essa movimentação.

Em razão de, na última década, esse assunto se tornar frequente na vida dos brasileiros é que faz-se importante a máxima atenção em como os assuntos são abordados. E é nessa perspectiva que nota-se uma falha do livro: ou de forma rasa ou não abordada, o livro falha quando o assunto é xenofobia. O LD aponta, tão somente, como a principal causa da discriminação a concorrência no mercado de trabalho. Será? Sabe-se que o imigrante (se de mesma escolaridade) dificilmente irá ocupar uma vaga de emprego de alguém nativo, que tenha a cor da pele branca, hábitos culturais, religiosos e idioma identificados com a cultura local dominante. O preconceito, ou a xenofobia, tem raízes mais profundas. Talvez o medo do desconhecido, ou por racismo.

6. DOS OLHARES DA GEOGRAFIA POLÍTICA NO LIVRO DIDÁTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A utilização das coleções analisadas em sala de aula para o ensino da Geografia Política podem ser fundamentais como apoio a professores e alunos no processo de aprendizagem, pois trazem consigo um texto acessível ao professor e que pode auxiliar os alunos na compreensão quando de sua leitura. Além disso, o LD é diverso em imagens e gráficos que retratam o conteúdo, dando oportunidade aos alunos de terem acesso a outras linguagens em que o conteúdo se revela. Se não fosse o LD, dificilmente o aluno procuraria fotos ou dados sobre o que se estuda. Percebe-se o cuidado com as cartografias temáticas, que são atraentes e revelam diversas informações pertinentes à GP.

A formação cidadã, a qual se pretende no ambiente escolar, está distante da formação que tem como base o simples decorar de um conteúdo que não tem relevância na vida do docente. A construção de um cidadão que tenha consciência de seus direitos e deveres perpassa por um ensino que o estimule às dúvidas, ao questionamento, que não fique satisfeito com respostas prontas, nem mesmo com as verdades trazidas pelo LD. A Geografia Política pode cumprir nessa formação um importante papel: de instigar no aluno a compreensão de que muitas das espacialidades que ele identifica e vivencia estão arraigadas de política, e que todas as relações de poder possuem viés político. Justamente por tratar a GP dentro das escalas supranacionais e/ou internacionais de poder, muitas vezes essa matéria acaba sendo apresentada no LD de forma bastante distante da realidade. Por esse motivo salienta-se a importância do docente em realizar propostas que fomentem a criticidade e a construção cidadã, proporcionando uma relação dos conteúdos da GP com a realidade na qual estamos inseridos.

Os cinco temas destacados nesse trabalho possuem a capacidade de deslocar o aluno para um pensar diferente: porque muros nas fronteiras? Quem arbitra o que é um território? Que outros modelos políticos e econômicos podemos ter? O terrorismo tem suas raízes apenas no Oriente Médio? O que mais tem nessa região?

O professor é peça chave para que o aluno tenha instrumentos para chegar nesses questionamentos destacados a fim de sair do lugar comum de quem apenas recebe um conteúdo. Os LD's analisados dão margem ao pensamento crítico, conseguem, ainda que de forma tímida relacionar fatos da vida de um brasileiro com o tema trabalhado, principalmente por meio dos textos auxiliares, cabendo, mais uma vez a orientação do professor nesse sentido.

A Geografia Política se apresenta no livro didático por meio de conteúdos que trazem o cenário internacional como escala principal, possibilitando aos discentes se enxergarem como cidadãos do mundo, a compreender como os países se relacionam e porque eles conflitam. Entretanto, mesmo que a escala internacional ganhe destaque, é na vida cotidiana dos alunos (local) que esses conteúdos ganharão significados. E é nessa conexão que o LD se ausenta, cabendo ao professor o desafio de estabelecer essa relação. Mesmo assim, o acesso a informações sobre questões internacionais provocam a ampliação do olhar do aluno para o mundo: conhece a diversidade de culturas, de rostos e de religiões.

O número de páginas destinadas aos diferentes conteúdos, conforme o Gráfico 1, no qual são privilegiados a integração e os conflitos internacionais; ou ainda, a ênfase dada ao Oriente Médio quando a abordagem são os conflitos internacionais, deixa evidente que o LD não é neutro. Fato este constatado, também, pelas imagens selecionadas. A ausência de alguns conteúdos igualmente revelam intencionalidades: porque não falar da Geografia Eleitoral (tema presente nos estudos acadêmicos) para um público que está prestes a votar?

Há uma tímida aparição no Livro Didático do Brasil quando a abordagem está voltada ao cenário internacional. A sua visibilidade ocorre somente quando se trata de países emergentes, por meio dos BRICS. Esse fato mostra a irrelevância dos países que não são grandes potências econômicas ou que não possuem importância política quando se fala em escala internacional.

Mais uma vez, salienta-se aqui a função que o livro possui de, para além de um artefato cultural, ser uma ferramenta para o professor. Contudo, ele não deve ser o fim para a docência, ou seja, a atuação do professor se resumir a utilização do livro didático. Ele poderá abrir espaços, com o auxílio do professor, para provocar debates que apontem para reflexões sobre problemas locais. São temas identificados na

atualidade que dão conta desse cenário: lei de migração, reforma trabalhista, reforma política, etc.

Os conteúdos relacionados à Geografia Política nos aproximam de um mundo diverso e nos permitem a reflexão sobre a nossa própria vida, podendo incentivar a nossa atuação nessa arena, a da cidadania. Assim, salienta-se a importância que a GP tem no ensino da Geografia, bem como na construção cidadã dos jovens. Refletir sobre como ela está apresentada no LD representa um primeiro momento para pensarmos em sua importância para a Geografia Escolar.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M.; RIGOLIN, T. B (2016). *Fronteiras da Globalização*. 3 ed. São Paulo: Ática.

BADO, S. R. (2009). *Desafios da Geografia: a cidade como conteúdo escolar no Ensino Médio*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16657/000704137.pdf?sequence=>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. (1998). Ministério da Educação. *PARÂMETROS NACIONAIS CURRICULARES - TERCEIRO E QUARTO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: GEOGRAFIA*. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. (2006). Ministério da Educação. *ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO: Ciências Humanas e suas Tecnologias* (Vol. 3). Brasília.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em 30 out. 2017.

BRASIL. (2016a). *Indicadores Educacionais - Adequação da Formação Docente*. Disponível em INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. (2016b). Projeto de Lei do Senado nº 193. *Projeto Escola Sem Partido*. Brasília. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?t=192255>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. (2017a). *Dados Estatísticos*. Fonte: FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em

<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dadosestatisticos>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. (2017b). *PNLD 2018: geografia – guia de livros didáticos – Ensino Médio*. Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB –Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-dolivro/livro-didatico/escolha-pnld-2018>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CARVALHO, D.; CASTRO, T. (2009). Geografia Política e Geopolítica. *Geografia Política e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*, pp. 401- 410.

CASTRO, I. E. (2005). *Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CBL *Câmara Brasileira de Livros*. (2017). Fonte: Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial brasileiro (2016). Disponível em: <http://cbl.org.br/downloads/fipe>. Acesso em: 25 nov. 2017.

GOMES, F. L.; VLACH, V. F. (Março de 2007). O ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA NAS ESCOLAS DE. *Horizonte Científico*, 1(1), 22. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/issue/view/308>. Acesso em: 11 out. 2017.

KAERCHER, N. A. (2004). *A Geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia Crítica*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01052005-224221/pt-br.php>. Acesso em: 11 out. 2017.

KAERCHER, N. A. (2007). A GEOGRAFIA ESCOLAR: GIGANTE DE PÉS DE BARRO COMENDO PASTEL DE VENTO NUM FAST FOOD? *Terra Livre*, 1 n.28., 27-44. Disponível em <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/220/204>. Acesso em: 11 out. 2017.

MOREIRA, J. C.; SENE, E (2016). *Geografia Geral e do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Scipione.

MUNAKATA, K. (2012). O livro didático como mercadoria. *Pro-Posições*, 23 n^o3, 5166. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/04.pdf. Acesso em 10 nov. 2017.

PEREIRA, S. N. (2009). Delgado de Carvalho e o Ensino da Geografia Política. Em M. A. MARTINS(org), *Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro* (pp. 105-116). Rio de Janeiro: CDDI/IBGE.

RAUBER, J. (2016). *O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: ENTRE O IMPRESSO E O DIGITAL*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001006235&loc=2016&l=89978af6f6837ca0>. Acesso em: 11 out. 2017.

ROSIÈRE, S. (2007). *Géographie politique & Géopolitique*. 2. Paris: Elipses Édition.

TEIXEIRA, V.; SILVA, M. (2015). Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 5. n.1., 23. Disponível em: agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/download/156/125. Acesso em: 11 out. 2017.

TONINI, I. M. (2002). *Identidades capturadas : gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de geografia*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educaçãp. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3191>. Acesso em: 11 out. 2017.

TONINI, I. M. (2011). Livro Didático: Textualidades em Rede. In: TONINI et all. (Orgas). *O Ensino de Geografia e suas Composições Curricularres*. Porto Alegre: UFRGS.